



“É lamentável que nos sigamos matando no meio dumha negociaçom de paz”

PRIMEIRA LINHA :: 11/06/2015

Carlos Morais, miembro de Primeira Linha entrevista a Ivan Marquez, secretario de la organizaci3n guerrillera comunista FARC-EP

CM- Bom dia comandante!. Vamos fazer uma entrevista para analisar e fazer um diagnóstico de como se encontra o processo de negociaçom entre a guerrilha colombiana das FARC-EP e o Estado colombiano.

Bom dia Iván! Este ano celebrades 51 aniversário da fundaçom das FARC-EP.

IM- Assim é!

CM- Algum dia dos últimos anos tinhadés pensado a possibilidade de que iades estar mais de dous anos e meio, aqui, em Havana, negociando com o governo colombiano um processo de paz, que todo aponta como o mais sério, no que mais tempo tendes investido de todos os que tendes desenvolvido.

IM- Sim. Nós quando surgimos, surgimos sempre pensando na paz. Temos feito esforços continuados por chegar a umha soluçom política deste conflito, desde o nosso surgimento em maio de 1964.

Temos desenvolvido processos de paz desde 1984. Acumulamos trinta anos de procura da paz, se temos em conta que realizamos os Diálogos de Caracas, logo diálogos em Tlaxcala, em San Vicente do Caguán, e agora este esforço que estamos realizando em Havana. Que como você di levamos perto de dous anos de intercâmbios com o governo sobre as diferentes temáticas que convimos discutir na agenda de Havana que foi aprovada 26 de agosto de 2012.

Como dizer que este processo de paz, como você assinala, tem investido um pouco mais de tempo, e creio que temos logrado plasmar já no papel alguns acordos que consideramos importantes para aproximar-nos a este objetivo que seria o acordo final.

CM- Após dous anos e meio de início do processo de negociaçom de paz qual é o balanço atual, quando se acaba de fechar a rolda 35 das negociaçoms. Que se tem atingido até o momento?

IM- Até o momento temos logrado três acordos parciais. O primeiro à volta de terras. Parciais porque há disensos todavia, guardados num refrigerador para retomá-los mais adiante.

O segundo acordo parcial refire-se ao alargamento da democracia, logo denominado participação política. Também com algumas salvedades pendentes de abordar mais adiante numa nova discussom.

E o terceiro assunto está vinculado à soluçom ao problema das drogas de uso ilícito.

Hoje estamos falando de vítimas e estamos avançando nesta temática após escuitar em cinco audiências a representantes das vítimas, que fôrom selecionadas por Naçoms Unidas, a Universidade Nacional da Colômbia e a Conferência Episcopal, marcando pois um fito, umha diferença com outros processos de paz que nom tinham aberto a possibilidade de escuitar na Mesa, as duas partes contendentes, Estado e insurgência, às vítimas deste longo conflito.

Avançamos na discussom agora do ponto cinco, o tema das vítimas, mas também estamos abordando um assunto que é realmente crucial, o fim do conflito, ponto três da agenda. A agenda nom se tem abordado na ordem em que foi acordada, a medida que avançamos na discussom dizemos agora vamos abordar este tema. Falamos agora sobre fim do conflito, e para isso temos criado umha comissom técnica com mandado específico, que está integrada por generais em serviço ativo das forças armadas da Colômbia, e integrantes do Secretariado e do Estado Maior das FARC, que tratam de identificar e aproximar visoms à volta de temas fundamentais como som cessamento bilateral de fogo e o assunto do abandono das armas, mais outros aspeitos que há que ir tratando de forma integral e simultânea. Ai vamos!

Fica pendente um ponto, o sexto, que a referendaçom dos acordos, a implementaçom e a verificaçom.

CM- Um dos pontos mais conflitivos, as FARC levades mais de mês e meio com um cessamento unilateral do fogo e tendes solicitado de maneira repetida ao governo colombiano de Santos que tenham o mesmo gesto, cessamento bilateral, mas o governo nega-se a dar esse passo.

IM- É lamentável que nos sigamos matando no meio dumha negociaçom de paz. Desde que chegamos a Havana a nossa primeira proposta ao governo foi pactuar já um cessamento bilateral do fogo que em primeiro lugar evite mais vítimas. Em segundo lugar rodeie a mesa de conversaçoms de um ambiente favorável para poder avançar.

Governo até o momento tem preferido opinar que as tréguas bilaterais sempre tenham sido aproveitadas pola guerrilha para afortalar-se política e militarmente, o qual nom se entende. Umha trégua o que busca é humanizar um conflito, gerar um ambiente, umha atmósfera favorável para avançar na construçom dos acordos. Mas temos esta posiçom incompreensível por parte do governo! Nos quigeramos que estes diálogos se realizáram neste ambiente!

Perante a negativa pertinaz do governo temos resolvido declarar de forma unilateral um cessar-fogo que queremos seja indefinido. Este começou a regir de 20 de dezembro passado.

Cessar-fogo unilateral que devera ter correspondência por parte do governo, que nom a temos tido, a pesar de ter sido declarado de forma unilateral tem sido objeto de hostilidades, de pressons militares. As nossas tropas guerrilheiras tenhem sido objeto de operaçons em todas as áreas do país e temos denunciado com precissom que estes operativos tenhem deixado saldos mui lamentáveis: a morte de mais de vinte guerrilheiros, feridos, capturados ... que nom se corresponde pois com um gesto magnánimo que nós pedimos, cessar-fogo que queremos estender de forma indefinida.

O governo tem feito que esta oferta nossa é umha rosa cheia de espinhas ... nom entendemos francamente esta expressom que o governo quer especificar, quando a nós o único que nos anima e impulsa para fazer esta proposta é a humanizaçom da guerra, do conflito.

CM- Que passou há umhas semanas no Cauca com a morte de várias dúzias de soldados colombianos, que os meios de comunicaçom aproveitárom para lançar umha nova campanha de intoxicaçom.

IM- Umha consequência lógica destas pressons, a trégua unilateral que nos temos declarado é umha trégua na ofensiva. Nós até esse momento nos temos atacado nem militares nem polícias, nem temos atacado a infraestrutura económica, é dizer cumprimos cabalmente a palavra empenhada, mas estas pressons às que aludia nos tenhem obrigado a umha resposta lamentável. Nós nom nos compracemos com a morte de soldados. Além por umha razom singela: quem caem nestas açons som sempre os setores menos favorecidos. Aqui nom há combatentes de extratos altos da sociedade. O Estado tem concebido um sistema de serviço militar que só involucra aos setores mais pobres, chegando a umha situaçom indesejável para nós que é ter que livrar umha guerra entre pobres. O dos escritórios que azuçam a guerra fam-no desde umha posiçom mui cómoda. Eles nom vam à guerra. Nós sim sentimos o que significa o confronto armado e quigeramos que esta situaçom parasse. É um dos motivos polos quais nós temos proposto cessar-fogo.

CM- Na década de noventa do século passado há antecedentes de negociaçom das insurgências de Salvador e Guatemala com os seus respeitivos governos. Havia umha situaçom internacional completamente diferente à atual, tinha caído a Uniom Soviética, a situaçom do mundo estava em plena mudança ...

Quais som as linhas vermelhas que a insurgência colombiana das FARC nom está disposta a cruzar, porque o governo insiste que o objetivo é que a guerrilha abandone, que entrega as armas e se incorpore à vida política legal.

IM- Nós nom temos cruzado linhas vermelhas para atingir a paz. Concebemos a paz como um direito síntese, um propósito superior. Queremos chegar à paz, mas sobre a base de mudanças estruturais que polo menos traíam para os colombianos justiça social, democracia verdadeira e soberania. Estamos abertos a discutir todos os temas que sejam necessários para chegar ao propósito da paz com justiça social.

CM- Governo segue afirmando que os principais líderes, os comandantes das FARC-EP terám que pagar pena de prisom para poder incorporar-se à vida política legal.

IM- De vez em quando fai essa afirmação, mas o conflito tem sido mais complexo. Acabamos de receber na Mesa de conversações informe da comissão histórica do conflito e as suas vítimas. E os 14 informes dos académicos que conformam esta comissão, na sua grande maioria, apontam ao Estado como máximo responsável. Todos estes assuntos há que tratá-los com equilíbrio, nom se pode pretender que um longo conflito como o que temos tido que suportar tenha como máximos responsáveis à guerrilha.

A guerrilha simplesmente está fazendo uso de um direito natural, universal que é o da rebelião, o de alzar-se em armas contra regimes injustos e esta só definição supom que há um regime responsável, gerador da violência. Neste caso na Colômbia, e nós queremos que esta circunstância se tome em conta. Há umha quantidade de atores, mas o que nom se pode pretender é que a máxima responsabilidade se situe entre os combatetes. Há uns determinadores, há uns atores que som o Estado, governo, som os ministros, os partidos políticos, os terratenentes, as transnacionais que financiam a guerra, que financiam grupos paramilitares, umha grande imprensa que acuçá à guerra, e nalguns períodos históricos a Igreja que também instou ao assassinato de comunistas e liberais.

E este rático histórico nom o podemos deixar de lado no momento de analisar o assunto complexo das responsabilidades. Afortunadamente agora temos umhas conclusões que as partes convimos, que serviriam como insumo para abordar estes tam cruziais para a paz como é o tema de vítimas e a justiça social.

CM- Depois de mais de 50 anos de conflito, as FARC som fundadas em 1964, chegamos a um ponto em que tal como vós afirmades nom há vencedores nem vencidos. O exército colombiano com apoio dos EUA e do imperialismo, é incapaz de derrotar à guerrilha, um exército mastodóntico com os mais modernos meios militares, mas tampouco a guerrilha tem logrado até o momento derrotar e tomar o poder de Bogotá pola vias das armas. Esta é a verdadeira razão pola qual tendes conseguido a grande vitória de sentar governo colombiano a negociar em Havana?

IM- A verdade é que se alguém resulta favorecido com esta decisão é o povo colombiano. Nós estamos com este sentimento nacional que quer o fim de um largo conflito, mas acompanhado de umha série de medidas sociais e políticas que permitam que os colombianos podam viver em dignidade, superando sobre todo a situação de injustiça, de inequidade que temos. Este é um país mui desigual, que ocupa o terceiro lugar no mundo em desigualdade, há muita pobreza. Queremos que se acordem políticas que permitam sair desta dura situação. Eu podo dizer que a Colômbia que é um país que tem 46 milhões de habitantes, 30 deles vivem na pobreza. É umha situação mui complexa, mui delicada. É necessário reformular a política económica e social, e a isso aspiramos na Mesa de conversas, embora o governo em certo momento diga que esse tema nom está em discussão, mas tem que ser discutido porque a paz deve ser construída sobre umhas bases sólidas. Se nom se edifica a paz sobre mudanças estruturais que se requirem no político, no económico, no social e no cultural nom estariamos fazendo nada. 50 anos de luta, 60 anos de luta nom podem terminar em que simplesmente se silenciam os fusis e aqui nom passou nada. Tenhem que dar-se algumas mudanças (...) Pensamos que com a força da mobilização social poderíamos lograr avançar nessa direção para que o governo mude um pouco essa

atitude excludente, essa atitude que se resiste ao câmbio. A paz tem que ver com o câmbio social, político, económico e cultural.

CM- Coincidindo com o processo de negociações há um incremento do movimento de massas, há umha amplíssima mobilização de setores do povo colombiano: camponeses, estudantes, trabalhadores ... Qual é o papel que o movimento social, o movimento popular deve cumprir em todo este processo?

IM- A nós sempre nos acompanha a esperança que para que se dem as mudanças, para que se chegue a um acordo realmente favorável à maioria da Colômbia, é urgente e necessária a mobilização social para atingir os seus direitos. Damos-lhe a maior importância e temos a certeza que se as conversas estão tratando por exemplo assuntos do agro há que lograr um bom acordo que beneficie ao conjunto da sociedade. Estamos falando de crise na justiça, e há mobilizações como de facto acontece no País e manifestações cada vez maiores para que haja umha reforma estrutural da rama judicial. Pensamos que se podia desta maneira chegar a uns acordos com o governo na Mesa de conversa à volta de transformações estruturais neste campo.

Se a juventude, por exemplo os estudantes, estão demandando que não se privatice mais a educação e se mobilizam, pois pensamos que isto deve ter também um impacto no momento de redigir o documentos do acordo de negociações.

CM- A incorporação de um delegado de Obama, de um delegado do Governo dos EUA à Mesa de negociações como há que interpretá-lo: como um respaldo direto dos EUA à solução negociada ao conflito colombiano ou porque os Estados Unidos não se fiam do governo de Santos, da sua capacidade para poder chegar a um acordo sob interesses da oligarquia. Melhor dito, os Estados Unidos vão permitir que deste processo se sentem as bases para a construção de umha nova Colômbia soberana, independente, onde a garra de Washington não tenha tanta influência ...

IM- Isso último seria difícil. Entendemos que isso não está na órbita do sentimento do governo de Washington. Como se dá a incorporação dos Estados Unidos a este processo por meio de um enviado especial, o senhor Bernard Aronson, por umha solicitude que figura o governo de presidente Santos. Assim o manifestou o secretário Kerry à opinião pública, e perante a aceitação do governo dos Estados Unidos pois nós manifestamos o nosso acordo porque os Estados Unidos têm que ver muito com o que acontece na Colômbia, com a política que traça o governo de Bogotá. E nesse sentido parece-nos a nós importante ter de vez em quando em Havana ao senhor Aronson para intercambiar à volta do que se está discutindo na Mesa de conversas. Como ele mesmo tem manifestado recentemente, escuita e de vez em quando faz recomendações. É importante, porque os Estados Unidos deveriam vincular-se, dizemos nós, de outra forma a Colômbia. Não só apoiando a guerra.

Você sabe que este governo tem respaldado o Plano Colômbia com mais de 10 mil milhões de dólares, que têm sido utilizados para matar colombianos. É possível que os Estados Unidos tenham contemplado a ideia de que estes recursos se tivessem utilizado incluso em programas sociais, mas a verdade é que estes dinheiros foram aplicados em todo o seu pacote completo para impulsionar a guerra. Se os Estados Unidos agora pensam, por qualquer circunstância, por qualquer análise que tenha feita, pensam que neste momento há que procurar umha solução política, nós não podemos opor-nos pois é o que levamos

buscando precisamente de há cinquenta anos.

CM- Um dos estigmas mais habituais das últimas décadas -e que tendes desmentido mil vezes-, é que a guerrilha é umha narcoguerrilha e se financia por meio do narcotráfico. Isto segue sendo umha das acusações fundamentais quando o governo colombiano das últimas décadas som governos narcoterroristas.

IM- Esse mito tem caído totalmente, com estruendo. No acordo fala-se de umha vinculação no cobro de impostos por parte da guerrilha que se dá no elo mais fraco da cadeia que é a produção. Nós neste assunto relacionamo-lo com umha atuação em função da rebelião. A rebeldia tem que financiar-se! Mas as FARC não estão envolvidas nem em cultivos, nem em comercialização, nem no lavado de ativos. O que acontece é que se foca o fenómeno no elo mais fraco da cadeia para ocultar os verdadeiros promotores, propulsores do narcotráfico, que são os banqueiros.

Na Mesa de conversas nós temos pedido que se concentre a atenção do Estado no lavado de ativos. Que olhe o que tem acontecido neste campo! O Gabinete das Nações Unidas contra a droga e o delito tem feito um importante trabalho nesta direção que poderia servir para guiar a ação dos governos para um combate mais eficaz do narcotráfico.

Por outra parte há informações ou denúncias como a feita por Jesse Ventura, governador do estado norte-americano de Minnesota. O que acontece é que a mesma CIA se está lucrando destas grandes massas de dinheiro produto do narcotráfico para financiar as suas campanhas incubertas no mundo, para a desestabilização de governos, e por isso não se atreve a apresentar um plano neste sentido perante o Congresso dos Estados Unidos.

Di o governador Jesse Ventura que se inclinam por financiar desta forma todas estas campanhas incubertas, mas sim umha perseguição forte do lavado de ativos. Aí é onde estão os verdadeiros promotores do narcotráfico mundial: bancos nos Estados Unidos que lavam dinheiro, como também os há na Europa, constituindo-se em tributantes muito fortes deste fenómeno.

CM- É possível abrir um novo capítulo na história da Colômbia onde se consiga umha paz com justiça social sem a convocatória dumha Assembleia Nacional Constituinte?

IM- A Assembleia Nacional Constituinte é umha possibilidade. Não negamos que aspiramos como FARC que o mecanismo de referendação dos Acordos de Paz de Havana seja a Assembleia Nacional Constituinte. Mas umha Constituinte resultado de um acordo político prévio entre todos os setores, que decidamos o conteúdo, é dizer a temática que vai tratar. Entre estes, desde logo, se ainda não podemos superar os dissensos, esperamos que estes sejam resolvidos pela magna Assembleia. Simultaneamente como conteúdo devemos acordar os diferentes temas que vamos tratar: a reforma política, a reforma judicial, outros aspectos como por exemplo convir umha política económica que traia aos colombianos um melhor viver, é que a gente tem direito a umha vida digna. Porque tem que ser a política neoliberal, porque tem que ser a opção de políticas que não favorecem os interesses da nação, como esta de abrir totalmente as portas da Colômbia à extração minero-energética que está causando um devastador impacto socioambiental.

Todos estes assuntos podem-se discutir numha Constituinte, e podem fazer parte do conteúdo dumha Constituinte.

Há que fazer umha reforma do sistema eleitoral por exemplo, há que pensar também em falar sobre o uso do solo na Colômbia, que está gerando um *grande rio*. Nós estamos deixando de ser um país com soberania alimentar. Eramo-lo até há pouco! Produziamos o que comiamos, agora nom.

Colômbia tem que importar bilhões de bilhões de toneladas de alimentos como consequência dos tratados de livre comércio e outras políticas bilaterais em que sempre está involucrado o governo dos Estados Unidos. Isto só para situar alguns exemplos à volta do conteúdo.

Um aspecto que há que convir é a composição da Assembleia Constituinte, e nós sim queremos que para garantir a participação de setores sociais, de setores singularmente excluídos, de setores empobrecidos, se estabeleça umhas circunscrições eleitorais especiais para, pondo um exemplo, os camponeses podam eleger os seus vozeiros no Congresso, os indígenas podam fazer o mesmo, a comunidade negra poda fazer o mesmo, os jovens, os trabalhadores, as mulheres .. em fim os diversos setores que podam escolher representante nesta Assembleia onde se vai discutir praticamente o futuro da nação, o destino de paz desta nação, as novas políticas que ham de implementar-se.

Por outra parte ai está um sistema eleitoral no que nós nom confiamos, mas que se eleja umha parte com esse velho sistema que seguramente vai ser transformado pola Constituinte. Isto para que haja umha representação do país nacional. Para que essa Assembleia Nacional Constituinte abarque todos os setores é previsível que como derivação do acordo a guerrilha deva ter umha representação, uns escanos. É dizer, abririam-se umhas possibilidades mui grandes para trabalhar ali com umhas novas formas que rijam os colombianos nos anos futuros.

Isto como um ponto de partida, nom como um ponto de chegada. Assim também devemos entender o acordo de paz, como um ponto de partida e um ponto de chegada, devemos, necessitamos gerar condições para avançar face outros objetivos de sociedade que está reclamando a população colombiana, e que também reclama o mundo.

Seriam pois os aspetos para discutir, o mesmo que a duração da Constituinte. Isto tem que submeter-se a umha discussom entre todos os atores políticos e sociais da Colômbia para estabelecer se o período de duração vai mais de seis meses ou mais, etc, e a Constituinte deve concluir com novas eleições.

CM- Já que mencionas o fator tempo, umha das pressons que está fazendo de há tempo o governo colombiano é que a negociação de paz tem que ter umha data final, fala de 31 de dezembro do ano em curso.

Primeiro avaliar as discussons e construir os acordos. Nom é um assunto de subjetivismos. Há que chegar primeiro aos acordos. Os temas que temos para discutir som bastantes complexos e cruziais para a paz, o qual require de tempo. Nós sim quigeramos ir muito mais rápido, quigeramos um processo mais dinámico em direção ao acordo final, mas sempre encontramos obstruções que nalguns casos consideramos artificiais, inclusive pola

contraparte. O tema de justiça nom é um tema fácil, isso há que discutí-lo com calma, e isso é um bom assunto para discussom com o governo e pensamos que há muitas possibilidades para atingirmos um entendimento, um bom acordo.

A soluçom nom pode ser que os guerrilheiros terminem trás as reixas por fazer uso de um direito universal. Os mesmos representantes das vítimas digerom que nós nom vinhemos aqui exigir a lei do Taliom, nós nom vinhemos acá carregados de ódio, com sede de vingança, para falar do Estado e da guerrilha. Porque as vítimas nom vinhérom a denunciar o que fijo a guerrilha, vinhérom em representaçom das vítimas do conflito, nom de umha das partes. Ai escuitarom-se denúncias estremecedoras.

Nós digemos que as principais vitimizaçoms estám ligadas ao Estado. Segundo Naçoms Unidas mais de 80% estám ligadas ao Estado e aos seus paramilitares. É o Estado o principal vitimário desta longa confrontaçom. É necessário partir destes factos certos para buscar as soluçoms, as que melhor se acomodem, em primeiro lugar às vítimas, também as produzidas nas mesmas partes contendentes, e do respaldo da opiniom da cidadania.

CM- Semana passada, mês de abril foi um mês de aniversário de vitórias históricas comunistas. 70 aniversário da derrota do nazifascismo por parte do Exército Soviético tomando Berlim 30 de abril de 1945, e também a derrota do imperialismo norteamericano com a tomada de Saigom polas organizaçoms parióticas e revolucionárias. As FARC-EP seguem definindo-se como umha força politico-militar comunista. Qual é a vigência e atualidade do ideário de Marx e de Lenine em pleno século XXI?

IM- Em primeiro lugar nós queremos somar-nos a esse sentimento de alegria que embarga o mundo por estas importantes vitórias sobre o fascismo e também o triunfo vietnamita sobre as forças invasoras. Isto é mui importante para nós, somamo-nos a esse regocijo mundial!

Este mundo há que mudá-lo! O capitalismo é um capitalismo em crise que está dizendo que há que olhar Marx, que olhar Lenine, que há que procurar umha alternativa distinta ao mundo. Além disto temos que preservar o planeta pois o capitalismo está destruindo o planeta. E isso é fundamental, nós nom podemos destruir a nossa própria casa, nom podemos perder o sentimento de humanidade, os laços de fraternidade, de solidariedade entre os seres humanos. Isto perdeu-se em benefício de um seletto grupo de pessoas e de governos, provocando fame no mundo, desolaçom, saqueio.

Isso deve mudar, estas som as bandeiras do comunismo. O comunismo está vivo.

Mediaticamente “derrotarom” o comunismo com a queda do muro de Berlim e todo o sucedido no campo socialista, mas agora todo o mundo está olhando face umha sociedade muito mais justa. E umha sociedade mais justa é o comunismo. E há muitas maneira de lográ-lo, sobre todo agora com o desenvolvimento tenológico, com uns trabalhadores que manejam também estes assuntos da tenologia se poidera pensar na construçom de um mundo melhor e que realmente vivamos como umha comunidade em irmandade, onde haja justiça, onde nom se dem mais fenómenos tristes como o da fame. Podemos construir umha sociedade mais justa e esta nom se logra por fora destes sentimentos.

CM- Já para finalizar Comandante, neste ano também celebramos no nosso país, na Galiza, 40 aniversário da morte em combate de Moncho Reboiras, guerrilheiro

comunista e independentista. Que mensagem lhe queres enviar ao povo galego em luta pola independência e o socialismo.

IM- Sempre é justo, sempre é necessário lutar polo ideal da independência. Há que seguir, há que persistir, porque a independência é como o ar que respiramos. O nosso convite acá é persistir nesta luta porque é umha luta justa.

CM- Muito obrigado Comandante!

<https://galiza.lahaine.org/le-lamentavel-que-nos-sigamos>